

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	10
Demonstrações contábeis	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020	21

SENHORES

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Informações Financeiras da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("ViaRondon") relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório de Revisão dos auditores independentes.

APRESENTAÇÃO

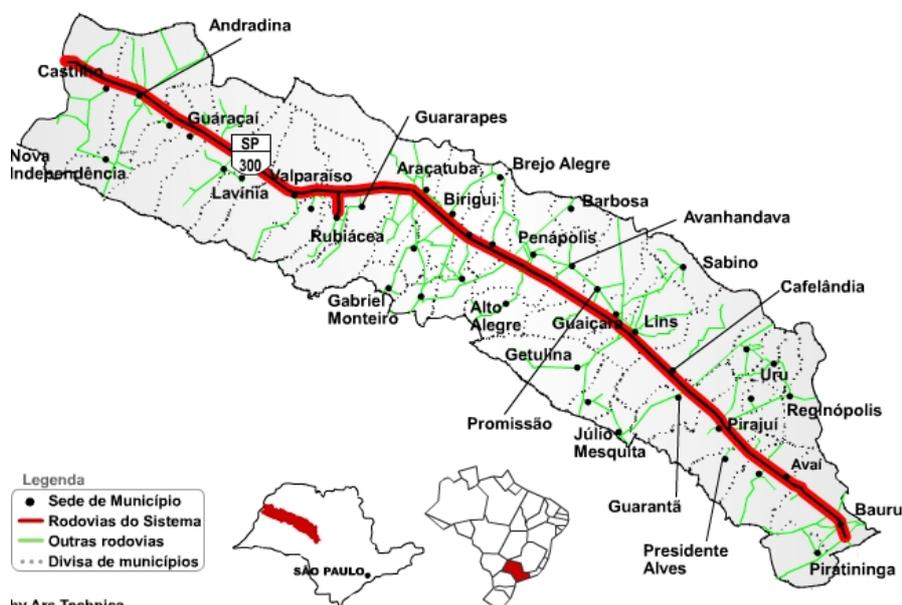
A diretoria da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e os representantes da Concessionária ViaRondon assinaram, na tarde do dia 06 de maio de 2009, o contrato de concessão para o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), leiloado em outubro de 2008. Esse ato transferiu a administração de 416,8 km do Corredor Marechal Rondon Oeste, que compreende 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon.

O prazo da concessão é de 30 anos, com outorga fixa no valor de R\$ 411 milhões integralmente paga nos primeiros 18 meses da concessão.

O trecho da Rodovia SP-300 concedido à ViaRondon tem início no município de Bauru, km 336,5, logo após o entroncamento com a rodovia SP-225, até o km 667,63, no município de Castilho/SP, divisa com o estado do Mato Grosso do Sul.

O trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300) é cortado por 25 municípios. São eles: Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaíçara, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavinia, Mirandópolis, Guaraçai, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho. A concessionária prioriza a contratação de mão-de-obra na região desses municípios.

A ViaRondon tem o compromisso, nos 30 anos da concessão, de investir na melhoria da rodovia e na questão da segurança viária, essencialmente para reduzir o número de acidentes. Dessa forma, a economia da região ganha mais agilidade e competitividade, pois um corredor mais seguro agrega vantagens a diversos segmentos, como turismo, comércio, indústria, integração entre as cidades, logística de produtos e serviços. Além desses benefícios, os usuários economizam na manutenção do veículo, no consumo de combustível e no tempo de viagem. O mapa abaixo mostra o trecho explorado pela Companhia:



Os volumes de tráfego no corredor rodoviário administrado pela Companhia são mais altos nas proximidades das cidades de Bauru, Avaí, Pirajuí, Lins, Guaiçara, Birigui e Araçatuba.

A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas acessórias, como a permissão de ocupação da faixa de domínio da rodovia por empresas de telefonia, energia elétrica, saneamento, entre outras.

A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, totalizando 8 praças cobrando de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio e suas respectivas tarifas localizadas no trecho administrado pela Companhia.

		jul/11	jul/12	jul/13	jul/14	jul/15	jul/16	jul/17	jul/18	jul/19	jul/20
P1 - Avaí	Km 367 +700	3,90	4,10	4,10	4,30	4,70	5,10	5,30	5,40	5,70	5,70
P2 - Pirajuí	Km 400 +800	3,60	3,80	3,80	4,00	4,40	4,80	4,90	5,10	5,30	5,30
P3 - Promissão	Km 455 +700	4,30	4,60	4,60	4,80	5,20	5,70	5,90	6,10	6,40	6,40
P4 - Glicério	Km 497 +900	4,80	5,10	5,10	5,40	5,80	6,40	6,60	6,80	7,10	7,10
P5 - Rubiácea	Km 562 +000	4,10	4,30	4,30	4,60	5,00	5,40	5,60	5,80	6,10	6,10
P6 - Lavínia	Km 590 +400	3,30	3,40	3,40	3,60	3,90	4,30	4,50	4,60	4,80	4,80
P7 - Guaraçaí	Km 621 +200	3,20	3,30	3,30	3,50	3,80	4,20	4,30	4,50	4,70	4,70
P8 - Castilho	Km 655 +400	2,30	2,50	2,50	2,60	2,80	3,10	3,20	3,30	3,40	3,40

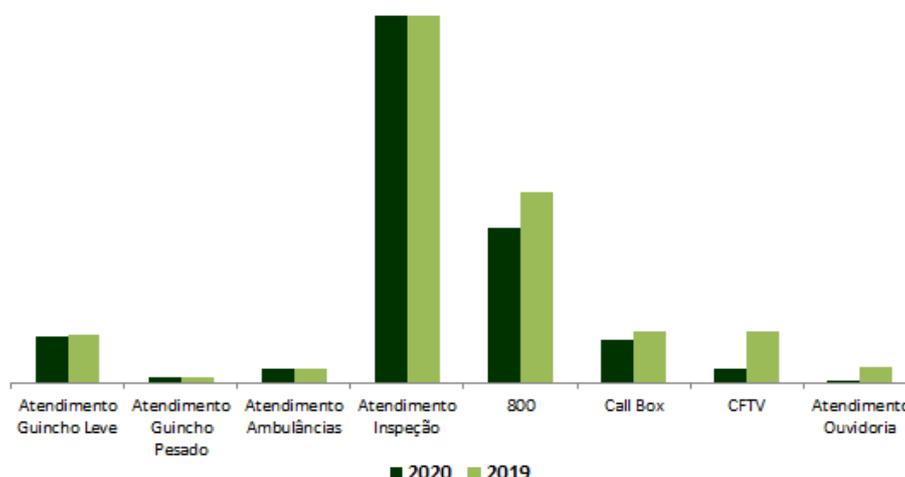
DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Abaixo quadro detalhado que demonstra o comportamento do tráfego, segregado entre veículos de passeio e comerciais:

	2020				2019			
	Absolutos		Equivalentes		Absolutos		Equivalentes	
	milhares de veículos	%						
TOTAL	19.588	100%	35.509	100%	22.125	100%	37.776	100%
Passeio	14.514	74%	14.291	40%	16.976	77%	16.731	44%
Comerciais	5.074	26%	21.218	60%	5.149	23%	21.045	56%
MÉDIA MENSAL	1.632		2.959		1.844		3.148	
Passeio	1.210		1.191		1.415		1.394	
Comerciais	423		1.768		429		1.754	

Demonstramos a seguir as quantidades de atendimentos executados por nossa equipe operacional:

Atendimentos



Abaixo resultado operacional:

	2020	2019
Resultado antes das despesas financeiras	55.832	13.278
Depreciação	1.962	1.667
Amortização	25.884	25.397
EBITDA	83.678	40.342
Provisão para manutenção	44.221	108.238
Provisão para contingências	633	313
EBITDA AJUSTADO	128.532	148.893

RECURSOS HUMANOS

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

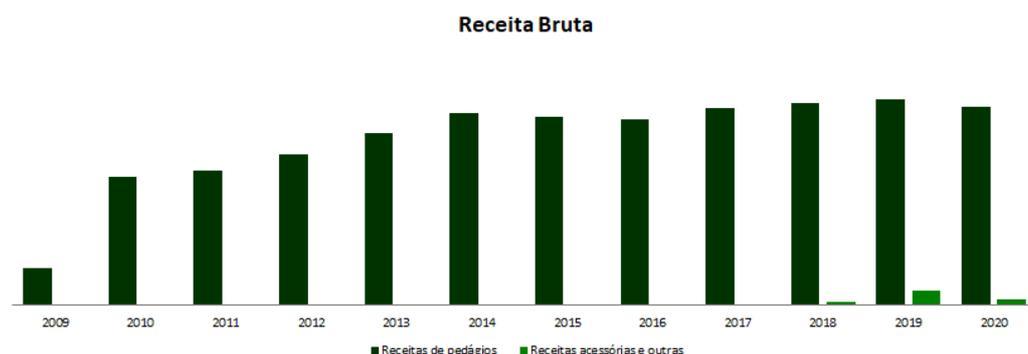
A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Conforme demonstramos no quadro abaixo, a Companhia tem um compromisso com a diversidade no ambiente de trabalho, adotando uma postura madura diante da pluralidade que nossa sociedade apresenta, acolhendo os colaboradores nas suas diferenças.

Indicadores Pessoais	30/dez/20	30/dez/19
Total de colaboradores diretos	449	458
Feminino	240	249
Masculino	209	209
Colaboradores indiretos	938	541
Pessoas com Deficiências (PCD)	10	8
Estagiários	2	1
Feminino	2	1
Masculino	0	0
Jovens Aprendizizes	15	18
Feminino	9	10
Masculino	6	8

RECEITA BRUTA

Abaixo a evolução da receita bruta ao longo dos anos:



RECEITA DE CONSTRUÇÃO

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Os custos de construção para realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não o reconhece margem de lucro nas atividades das concessões.

A receita de construção em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 31,4 milhões. Valor inferior ao apresentado em 31 de dezembro de 2019 que foi R\$ 63,7 milhões.

CUSTOS

O principal custo é a provisão de manutenção, cuja elaboração se dá pela estimativa financeira de desembolsos com intervenções futuras, relacionadas com a expectativa de tráfego no mesmo período. A variação com relação ao ano de 2019 foi em função da revisão das estimativas de intervenções entre os anos de 2021 e 2025.

Em amortização de intangíveis e depreciações, o principal motivo da variação entre os exercícios, foi a revisão da curva de tráfego em 2018, ajustando assim os custos neste ano.

INVESTIMENTOS

Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão previstos no Contrato de Concessão, que determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão.

Atualmente, o principal investimento está em Bauru, trata-se da construção de marginais no trecho do km 336+500 metros, até o km 347+700 metros, pista lesta e oeste, no entroncamento com a Bauru-Marília (SP-294). Abaixo quadro ilustrativo:



A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio, da contratação de novos financiamentos e da emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia desde 25 de fevereiro de 2011 as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e na norma OHSAS 18001:2007 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias, abrangendo os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré-hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias.

Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente. Abaixo destacamos algumas:



— 07/02/2020 —

ViaRondon apoia campanha contra o lixo na rodovia



— 13/12/2019 —

Simulado de Acidente na SP-300 em Araçatuba



— 18/10/2019 —

ViaRondon apoia campanha Outubro Rosa 2019



— 18/09/2019 —

Semana Nacional do Trânsito



— 30/05/2019 —

Motociclistas receberão orientação sobre segurança



— 27/05/2019 —

DIA MUNDIAL DE COMBATE À HIPERTENSÃO



— 27/05/2019 —

Turma da Mônica participa da Campanha do Agasalho em 2018



— 27/05/2019 —

Maio Amarelo 2018



— 27/05/2019 —

Motociclistas receberão orientação sobre segurança



— 27/05/2019 —

ViaRondon participa do Junho Vermelho



— 27/05/2019 —

Prevenção de acidentes no trânsito é tema de palestra no CR de Birigui



— 27/05/2019 —

Última ação do mês com motociclistas será realizada amanhã



— 27/05/2019 —

ViaRondon realiza mais etapas do Acorda Motorista



— 27/05/2019 —

ViaRondon realiza Pit Stop Pela Vida em Bauri



— 27/05/2019 —

ViaRondon inicia distribuição de folhetos sobre a leishmaniose

PREMIAÇÕES

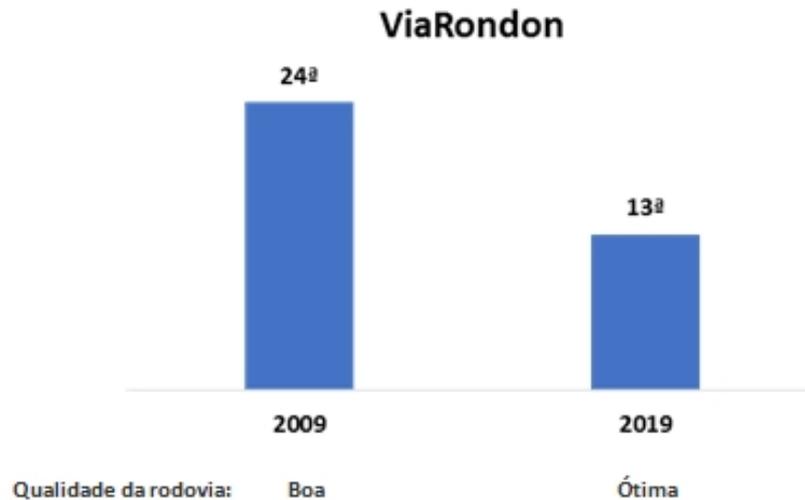
ARTESP

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. recebeu em cerimônia realizada pela ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), o 1º lugar no quesito Eficiência dos Serviços Operacionais do Prêmio Concessionária do Ano 2018. Foi a segunda vez que a empresa foi considerada a concessionária de rodovia responsável por prestar o melhor serviço a seus usuários no Estado de São Paulo, em 2016 a ViaRondon também foi premiada na mesma categoria. Com a conquista do prêmio, a concessionária reforça sua eficiência e vocação na prestação de serviços aos usuários. E, ao garantir a melhor qualidade de ações como socorro mecânico, guincho, informações e orientações aos usuários, atendimento pré-hospitalar, monitoramento da rodovia e atendimento nas praças de pedágio, acaba contribuindo para a segurança de quem trafega pela rodovia e, conseqüentemente, para a preservação da vida.

Pesquisa CNT de Rodovias

Com o objetivo de apontar as melhores ligações rodoviárias do país, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) realiza, anualmente, a Pesquisa CNT de Rodovias. Nela são avaliados itens fundamentais para a segurança e o conforto do motorista, entre eles: pavimento, sinalização e geometria da pista.

O resultado positivo deste que é um dos mais importantes estudos sobre a infraestrutura rodoviária nacional está diretamente ligado aos investimentos em modernização e conservação que tem sido executado pela **ViaRondon**



Fonte: CNT - <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/>

PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e, também, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
13º andar, Cj. 1308 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A
Lins – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Adições no ativo intangível

Nota Explicativa nº 13 – Ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O direito de exploração da concessão, representado contabilmente pelo ativo intangível da concessão, apresenta valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. O ativo intangível é formado, substancialmente, pelo direito da outorga da concessão de rodovia e pelos gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura, utilizada para prestação dos serviços, que englobam operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo de concessão. Focamos nossos procedimentos nas análises de como a Companhia vem amortizando os valores do ativo intangível e as respectivas premissas e estimativas adotadas na capitalização dos gastos. Dessa forma, consideramos esse assunto, novamente, como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos incorporados ao ativo intangível, e a consequente estimativa da taxa de amortização aplicada. Para tal, envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas e em avaliações de mercado, os quais avaliaram e desafiaram as estimativas e premissas utilizadas pela administração da Companhia, bem como reperformaram os cenários apresentados, com base em premissas próprias trazidas de estudos de mercado e, também, em comparação com operações similares as prestadas pela Companhia.

Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágios

Nota Explicativa nº 22 – Receita operacional líquida

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia reconhece receita de acordo com a utilização dos pedágios pela passagem e pagamento dos usuários. Essas transações são de alto volume transacional, registradas por sistemas operacionais próprios considerando-se as transações por cabines e praças de pedágio. Em relação ao preço, estes são pactuados nos contratos de concessão e sofrem reajustes anuais de acordo com cada contrato. Após o fechamento diário das operações pelas cabines de pedágio, o sistema integra as informações com os sistemas financeiros para o registro contábil das transações. Essa área foi considerada como relevante em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve alto volume de transações em localidades diferentes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a integração das informações do sistema operacional para os sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema operacional durante o exercício e os sistemas financeiro, contábil e com os registros fiscais da Companhia. Também aplicamos procedimentos de confirmação junto à terceiros para validar o volume saldos em aberto para recebimento em 31 de dezembro de 2020.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que o processo de reconhecimento das receitas e as informações divulgadas estão consistentes com os dados e documentos obtidos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 26 de março de 2021



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	758	1.407
Aplicações financeiras	9	63.851	61.864
Contas a receber	10	13.606	11.624
Despesas pagas antecipadamente	-	384	397
Adiantamento a fornecedores	-	736	420
Partes relacionadas	11	2.413	2.232
Outros créditos	-	3.199	2.811
Total do ativo circulante		<u>84.947</u>	<u>80.755</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	2.212	2.140
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	21.438	37.429
Total do realizável a longo prazo		<u>23.650</u>	<u>39.569</u>
Imobilizado	12	6.004	7.030
Intangível	13	987.108	981.573
Total do ativo não circulante		<u>1.016.762</u>	<u>1.028.172</u>
Total do ativo		<u><u>1.101.709</u></u>	<u><u>1.108.927</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	28	72.161
Debêntures	15	39.745	32.239
Fornecedores	16	62.920	52.475
Arrendamento por direito de uso	-	427	1.081
Passivo fiscal	-	3.900	2.962
Obrigações sociais	-	2.005	3.476
Provisão para manutenção	17	12.286	22.443
Partes Relacionadas	11	2.497	3.337
Outras contas a pagar	18	24.904	1.143
Total do passivo circulante		148.712	191.317
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	-	101.547
Debêntures	15	648.935	429.191
Arrendamento por direito de uso	-	96	673
Provisão para manutenção	17	30.258	71.317
Provisão para contingências	20	1.563	930
Total do passivo não circulante		680.852	603.658
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	21	402.651	402.651
Prejuízos acumulados	21	(130.506)	(88.699)
Total do patrimônio líquido		272.145	313.952
Total do passivo		829.564	794.975
Total do passivo e patrimônio líquido		1.101.709	1.108.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	22	218.207	265.843
Custo dos serviços prestados	23	(125.391)	(177.707)
Custo de construção	23	(31.420)	(63.718)
Lucro bruto		----- 61.396	----- 24.418
Despesas gerais e administrativas	23	(5.564)	(11.140)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		----- 55.832	----- 13.278
Receita financeira	24	3.771	4.213
Despesa financeira	24	(85.419)	(80.209)
Despesas financeiras líquidas		----- (81.648)	----- (75.996)
Resultado antes dos impostos		----- (25.816)	----- (62.718)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(15.991)	14.453
Prejuízo do exercício		----- (41.807)	----- (48.265)
Prejuízo básico diluído por ação em reais		----- <u>(0,08378)</u>	----- <u>(0,09672)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(41.807)	(48.265)
Outros resultado abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(41.807)</u>	<u>(48.265)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldo em 1º de janeiro de 2019	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 08 de maio de 2019	110.000	(110.000)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 08 de maio de 2019	-	34.000	34.000	-	34.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(48.265)	(48.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	499.000	(96.349)	402.651	(88.699)	313.952
Prejuízo do exercício	-	-	-	(41.807)	(41.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>(130.506)</u>	<u>272.145</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(41.807)	(48.265)
Ajustes para:		
Depreciação	1.962	1.667
Amortização	25.884	25.397
Baixa do ativo imobilizado líquida	47	78
Provisão para manutenção	44.221	108.238
Provisão para contingências	633	313
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	58.204	86.993
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.991	(14.453)
	<u>105.135</u>	<u>159.968</u>
Aumento (redução) no ativo:		
Contas a receber	(1.982)	(2.609)
Despesas pagas antecipadamente	13	60
Outros créditos	(776)	(12)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	10.445	(10.802)
Passivo fiscal corrente	938	(644)
Obrigações sociais	(1.471)	(175)
Contas a pagar	23.761	(2.158)
Consumo de provisão para manutenção	(95.437)	(55.795)
Outros passivos	(1.231)	-
Juros pagos	(86.725)	(47.741)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(47.330)</u>	<u>40.092</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(328.765)	(112.727)
Resgate das aplicações	326.778	113.401
Aquisição de imobilizado	(983)	(3.873)
Adição ao intangível	(31.419)	(62.281)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(34.389)</u>	<u>(65.480)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Aumento de capital em dinheiro	-	34.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	700.007	24.438
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(617.916)	(38.867)
Partes relacionadas	(1.021)	2.327
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	<u>81.070</u>	<u>21.898</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(649)</u>	<u>(3.490)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.407	4.897
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>758</u>	<u>1.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas operacionais	235.335	284.408
Serviços prestados	197.971	205.931
Receita de construção	31.420	63.718
Outras receitas	5.944	14.759
Insumos adquiridos de terceiros	(111.966)	(207.860)
Custos serviços prestados	(30.087)	(21.299)
Custo de construção	(31.420)	(63.718)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(50.459)	(122.843)
Valor adicionado bruto	123.369	76.548
Depreciação de imobilizado	(1.962)	(1.667)
Amortização de intangível	(25.884)	(25.397)
Valor adicionado líquido produzido	95.523	49.484
Receitas financeiras	3.771	4.213
Valor adicionado total a distribuir	<u>99.294</u>	<u>53.697</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	15.173	15.280
Remuneração direta	10.736	10.553
Benefícios	3.314	3.845
F.G.T.S.	1.007	826
Outros	116	56
Impostos, taxas e contribuições	40.547	6.334
Federais	30.665	(4.380)
Estaduais	161	196
Municipais	9.721	10.518
Remuneração de capitais de terceiros	85.381	80.348
Juros	85.419	80.209
Aluguéis	(38)	139
Remunerações de capitais próprios	(41.807)	(48.265)
Prejuízo do exercício	(41.807)	(48.265)
Total distribuição valor adicionado	<u>99.294</u>	<u>53.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Efeitos da COVID-19

Conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado no dia 19 de Março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a ViaRondon destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção do COVID-19:

criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas do COVID-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa; divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros; acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos; adesão ao programa federal de postergações de pagamento de impostos; readequação do quadro de pessoal; adoção da MP 936 que flexibilizou as jornadas de trabalho e discussões com ARTESP sobre flexibilizações. Ainda assim a concessionária teve um aumento no seu custo em R\$ 5.345 quando comparado com 2019, onde os maiores gastos foram com a preservação e manutenção da rodovia.

	2020	2019
Serviços de terceiros	(30.087)	(21.299)
Com pessoal	(17.303)	(17.305)
Custo de contrato concessão	(8.571)	(9.868)
Outros	(2.928)	(5.072)
Total	(58.889)	(53.544)

Em 2020, a Companhia identificou impactos financeiros em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido às medidas supracitadas.

Praça de Pedágio	Eixos e equivalentes		20 x 19	
	Real 19	Real 20	Eixos	%
P1-Avaí	5.147	4.883	(264)	-5,13%
P2-Pirajuí	4.743	4.523	(220)	-4,64%
P3-Promissão	5.096	4.868	(227)	-4,46%
P4-Glicério	6.401	5.983	(418)	-6,53%
P5-Rubiácea	4.647	4.295	(352)	-7,58%
P6-Lavínia	3.645	3.322	(322)	-8,85%
P7-Guaraçaí	3.429	3.156	(273)	-7,96%
P8-Castilho	4.668	4.478	(190)	-4,06%
Total	37.776	35.509	(2.267)	-6,15%

Praça de Pedágio	Em R\$ mil		20 x 19	
	Real 19	Real 20	Eixos	%
P1-Avaí	28.597	27.878	(719)	-2,51%
P2-Pirajuí	24.681	24.014	(667)	-2,70%
P3-Promissão	31.875	31.200	(674)	-2,12%
P4-Glicério	44.530	42.534	(1.996)	-4,48%
P5-Rubiácea	27.679	26.239	(1.440)	-5,20%
P6-Lavínia	17.143	15.977	(1.165)	-6,80%
P7-Guaraçaí	15.785	14.861	(923)	-5,85%
P8-Castilho	15.641	15.267	(374)	-2,39%
Total	205.931	197.971	(7.960)	-4,01%

Apesar dos indicadores econômicos apontarem para um arrefecimento da crise, para um cenário de queda no tráfego para os próximos meses, a Companhia possui uma forte posição de caixa e segue adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa, considerando a seu favor o perfil de dívida alongado e estritamente controlado.

A Companhia cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e, portanto, demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puderem ser mensurados.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 19** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 20** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia avaliou estas normas e não viu aplicabilidade destas na preparação destas demonstrações contábeis.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2020.

Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações contábeis como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de hedge.

A Companhia não possui contratos com mudanças aplicáveis às normas citadas, em 31 de dezembro de 2020.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos	654	1.323
Fundo de troco/numerários trânsito	104	84
Total	758	1.407

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras

	2020	2019
Aplicações financeiras	63.851	61.864

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 14 e 15.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27.

10. Contas a receber

	2020	2019
Pedágio eletrônico	11.298	9.547
Visa – vale-pedágio	176	162
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.823	1.565
DBTrans S/A	196	215
Outros	113	135
Total	13.606	11.624

Idade de vencimento dos títulos	2020	2019
Créditos a vencer até 30 dias	13.142	11.366
Créditos a vencer até 60 dias	351	123
Total	13.493	11.489

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	2020	2019
Diretores estatutários	41	15

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos patrimoniais

Ativo	Notas	Saldo em aberto em	
		2020	2019
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.468	1.213
BRVias S.A.	(v)	945	1.019
Total		2.413	2.232
Passivo			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(395)	(377)
Splice Ind. e Com de Serviços	(iii)	(2.092)	(2.951)
Outros	(iv)	(10)	(9)
Total		(2.497)	(3.337)
Total líquido		(84)	(1.105)

b) Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		2020	2019
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(1.579)	(1.546)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(21.166)	(9.059)
BRVias S.A.	(v)	(1.822)	(3.231)
Avine Engenharia Ltda. EPP	(iv)	-	(287)
Outros	(iv)	(106)	(228)
Total		(24.673)	(14.351)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados.

c) Movimentações de partes relacionadas

Partes relacionadas	31/12/2020		Pagamentos	Recebimentos/ constituição	31/12/2019	
	Ativo circulante	Passivo circulante			Ativo circulante	Passivo circulante
Individual						
BRVias S.A.	945	-	-	74	1.019	-
BRVias Holding VRD S.A.	1.468	-	-	(255)	1.213	-
Princesa do Norte S.A.	-	(395)	18	-	-	(377)
Splice Ind. e Com. de Serviços	-	(2.092)	(859)	-	-	(2.951)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	-	(10)	-	-	-	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	-	-	(9)	-	-	(9)
Total	2.413	(2.497)	(850)	(181)	2.232	(3.337)

Partes relacionadas	31/12/2019		Pagamentos	Recebimentos/ Constituição	31/12/2018	
	Ativo circulante	Passivo circulante			Ativo circulante	Passivo circulante
Individual						
BRVias S.A.	1.019	-	-	135	1.154	-
BRVias Holding VRD S.A.	1.213	-	-	(229)	984	-
Princesa do Norte S.A.	-	(377)	107	-	-	(484)
Splice Ind. e Com. de Serviços	-	(2.951)	(2.533)	-	-	(418)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	-	-	5	-	-	(5)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	-	(9)	-	-	-	(9)
Total	2.232	(3.337)	(2.421)	(94)	2.138	(916)

12. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	349	809	386	2.329	3.873
Baixas	(49)	-	(11)	(18)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Adições	255	324	404	-	983
Baixas	(5)	(42)	-	-	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.093	7.049	2.786	4.331	19.259
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no exercício	(493)	(540)	(199)	(435)	(1.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Depreciação no período	(355)	(640)	(190)	(777)	(1.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2019	887	2.885	956	2.302	7.030
Em 31 de dezembro de 2020	782	2.527	1.170	1.525	6.004

13. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	20.667	49	-	42.952	186	2.902	66.807
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Aquisições e construções	-	4.535	12	-	26.872	-	-	31.419
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.171	494.959	8.167	413.597	246.528	3.487	2.902	1.204.811
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.422)
Amortização do exercício	(768)	(10.274)	(177)	(9.045)	(3.865)	(72)	(1.196)	(25.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Amortização do período	(739)	(10.305)	(171)	(8.691)	(4.616)	(133)	(1.229)	(25.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(12.275)	(76.781)	(2.549)	(94.799)	(27.480)	(1.394)	(2.425)	(217.703)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2019	23.635	423.948	5.777	327.489	196.792	2.226	1.706	981.573
Em 31 de dezembro de 2020	22.896	418.178	5.618	318.798	219.048	2.093	477	987.108

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

2019

Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	2020	2019
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	28	200
Finem-BNDES (ii)	5,95%	TJLP	2025	-	80.399
Finem-BNDES (ii)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	-	40.268
CCB	5,40%	CDI	2020	-	27.376
CCB	1,35%	CDI	2020	-	22.507
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 - 2022	-	2.958
Total				28	173.708

Passivo circulante 72.161

Passivo não circulante 101.547

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;

Composição por vencimento:

	2020	2019
Vencimento em		
2021	28	36.395
2022	-	26.801
Acima 2023	-	38.351
Total	28	101.547

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2020	2019
Saldos iniciais	173.708	167.799
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(171.835)	(36.610)
Pagamentos de juros	(1.845)	(13.708)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(173.680)	(50.318)
Outras variações		
Novas captações	-	24.438
Despesas de juros	-	31.789
Total de outras variações	-	56.227
Saldos finais	28	173.708

(ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais Unidade Monetária IPCA (UMIPCA-M), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2019, foram liberados R\$ 274.246. No exercício de 2020 tais financiamentos foram quitados.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 498 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 261. Em 31 de dezembro de 2019, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 498. No exercício de 2020 tais financiamentos foram quitados, não sendo aplicável custos incorridos na captação de novos empréstimos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os covenants atrelados até 31 de dezembro de 2019 não são aplicáveis, visto a quitação de tais saldos.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
 - Manter o índice "dívida líquida/EBITDA anualizado" igual ou menor do que cinco até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais. A Companhia atingiu, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o índice de dívida líquida/EBITDA de 2,01, ICSD de 3,35 e PL/AT de 28,3%. Para 31 de dezembro de 2020, não são aplicáveis tais *covenants*, visto a liquidação dos financiamentos.

15. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	723.016	-
(-) Comissão	700.000	28/02/2020	15/12/2034		(34.336)	-
Debêntures	300.000	04/06/2012	04/06/2027	8,15% a.a.+ IPCA	-	462.539
(-) Comissão	300.000	04/06/2012	04/06/2027		-	(1.109)
Total					688.680	461.430
Circulante					39.745	32.239
Debêntures					42.229	32.239
(-) Comissão					(2.484)	
Não circulante					648.935	429.191
Debêntures					680.787	430.300
(-) Comissão					(31.852)	(1.109)

Composição por vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Vencimento em		
2021	919	48.144
2022	1.879	51.408
2023 a 2024	646.137	329.639
Total	648.935	429.191

Movimentação das debêntures:

	2020	2019
Saldos iniciais	461.430	442.516
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(446.081)	(2.257)
Pagamentos de juros	(84.880)	(34.033)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(530.961)	(36.290)
Outras variações		
Novas Captações	700.007	-
Despesas de juros	58.204	55.204
Total de outras variações	758.211	55.204
Saldos finais	688.680	461.430

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples (em decorrência da possibilidade da diminuição das taxas do antigo endividamento), não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano. A Companhia está cumprindo com os *covenants* contratuais.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 34.336 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.484. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 34.336.

16. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores diversos	48.218	31.582
Medições a pagar	3.734	9.310
Retenções (i)	10.968	11.583
Total	62.920	52.475

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	2020	2019
A vencer		
De 1 a 30 dias	13.501	15.345
De 31 a 60 dias	1.009	5.109
De 61 a 90 dias	9.634	3.463
De 91 a 180 dias	13.102	2.769
De 181 a 360 dias	7.585	293
Total	44.831	26.979
Vencidas		
Até 30 dias	2.014	2.313
De 31 a 60 dias	156	568
De 61 a 90 dias	113	2
De 91 a 180 dias	128	18
De 181 a 360 dias	48	483
A mais de 360 dias	928	1.219
Total	3.387	4.603
Total	48.206	31.582

17. Provisão para manutenção – Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	2020	2019
Passivo circulante	12.286	22.443
Passivo não circulante	30.258	71.317
Total	42.544	93.760

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2019	41.317
Realização por consumo	(55.795)
Adições	108.238
Em 31 de dezembro de 2019	93.760
Realização por consumo	(95.437)
Adições	44.221
Em 31 de dezembro de 2020	42.544

18. Outras contas a pagar

	2020	2019
Receitas acessórias antecipadas (i)	15.968	-
Outras contas a pagar (ii)	8.936	1.143
Total	24.904	1.143

- (i) Valores relativos a antecipações de receitas frente a utilização da malha rodoviárias por operadoras de telefonias, as quais terão o respectivo impacto no resultado conforme competência dos períodos a serem utilizados.
- (ii) Valores vinculados a convênios a pagar junto a instituições financeiras as quais antecipam pagamentos de fornecedores correntes.

19. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

Ativo	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138
Provisão para manutenção	14.465	31.878
Outras provisões temporárias	576	473
Total	53.179	70.489
Passivo		
Custos dos empréstimos	(2.097)	(1.939)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(29.644)	(31.121)
Total	(31.741)	(33.060)
(=) Saldo ativo fiscal diferido	21.438	37.429

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Movimentação no resultado de 2020	Movimentação no resultado de 2019
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138	-	1.830
Provisão para manutenção	14.465	31.878	(17.413)	17.829
Outras provisões temporárias	576	473	103	263
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	-
Total	53.179	70.489	(17.310)	19.922
Passivo				
Custos dos empréstimos	(2.097)	(1.939)	(158)	(166)
Intangíveis - efeito temporário	(29.644)	(31.121)	1477	(5.304)
Total	(31.741)	(33.060)	1.319	(5.470)
Total	21.438	37.429	(15.991)	14.453

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro.

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	2020	2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	183.974	112.231

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2025, como demonstrado abaixo:

2022	16.782
2023	59.424
2024	85.027
2025	22.741
2026	16.782
Total	183.974

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(9.199)	(62.718)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	3.128	21.324
(-) Adições permanentes	(1.702)	(1.700)
(+) Exclusão permanente		38.964
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.991)	14.453
Total	174%	-23%

20. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2020, está provisionado o montante de R\$ 1.563 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2019), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	681	249	930
Provisão	190	443	633
Reversão de provisão	-	-	-
Saldo final 31 de dezembro de 2019	871	692	1.563

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 27.164 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 8.485 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 37.200 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	91	23.485	31	8.346
Trabalhistas	49	3.679	5	139
Total	140	27.164	36	8.485

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 e a integralizar R\$ 96.349, e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo, quando aplicável.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 14, até 31 de dezembro de 2019 por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderia distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório. Com a liquidação do citado contrato, para 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui mais esta restrição.

22. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	2020	2019
Receita de pedágios	197.971	205.931
Receitas acessórias	5.749	14.650
Receita de construção	31.420	63.718
Outras receitas	195	109
Tributos incidentes	(17.128)	(18.565)
Total	218.207	265.843

23. Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	2020	2019
Serviços de terceiros	(30.087)	(21.299)
Com pessoal	(17.303)	(17.305)
Amortização e depreciação	(27.845)	(27.065)
Constituição de provisão para manutenção	(44.221)	(108.238)
Custo de contrato concessão	(8.571)	(9.868)
Outros	(2.928)	(5.072)
Total	(130.955)	(188.847)
Custo dos serviços prestados	(125.391)	(177.707)
Despesas administrativas e gerais (i)	(5.564)	(11.140)
Custo de construção	(31.420)	(63.718)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

24. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram:

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.771	4.213
Total das receitas financeiras	3.771	4.213
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(69.143)	(69.079)
Outras despesas financeiras	(16.276)	(11.130)
Total das despesas financeiras	(85.419)	(80.209)
Resultado financeiro líquido	(81.648)	(75.996)

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do período (Em R\$ mil)	Quantidade ponderada de ações (Em unidade)	Resultado por ação Básico e diluído – (R\$ - expresso em reais)
2020	(41.807)	499.000.000	(0,08378)
2019	(48.265)	499.000.000	(0,09672)

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2020	Notas	Custo amortizado	
		2020	2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3	758	1.407
Aplicação financeira	4	63.851	61.864
Contas a receber de clientes	5	13.606	11.624
Outros créditos		3.199	2.811
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	14	28	173.708
Debêntures	15	688.680	461.430
Fornecedores e partes relacionadas passivas	16 / 11	65.417	55.812

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/12/2020	Contábil	Fluxo		Acima de	
		contratual	2021	2022	2023
Empréstimos e financiamentos	28				
Debêntures	688.681	1.289.439	40.854	41.142	1.207.443
Fornecedores e partes relacionadas passivas	65.417	65.417	65.417	-	-
Total	754.126	1.354.856	106.271	41.142	1.207.443

Em 31/12/2019	Contábil	Fluxo		Acima de	
		contratual	2020	2021	2022
Empréstimos e financiamentos	173.708	178.550	77.305	36.395	64.850
Debêntures	461.430	689.283	48.144	51.408	589.731
Fornecedores e partes relacionadas passivas	55.812	55.812	55.812	-	-
Total	690.950	923.645	181.261	87.803	654.581

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2020 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas abaixo:

	Risco	Valor contábil	
		31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa prefixada			
Empréstimos e financiamentos		-	3.158
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	-	49.883
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	80.399
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	-	40.268
Debêntures	IPCA	688.680	461.430

Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório FOCUS e a TJLP obtida no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), ambas em 31 de dezembro de 2020.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e TJLP é apresentada na tabela na próxima página.

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	688.680	Aumento IPCA	4,52%	31.128	5,65%	38.910	6,78%	46.693
Total dos passivos financeiros	688.680			31.128		38.910		46.693
Impacto no resultado do período apresentado				31.128		38.910		46.693

Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	688.680	Redução IPCA	4,52%	31.128	3,39%	23.346	2,26%	15.564
Total dos passivos financeiros	688.680			31.128		23.346		15.564
Impacto no resultado do período apresentado				31.128		23.346		15.564

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	80.399	Aumento TJLP	5,09%	(4.092)	6,36%	(5.115)	7,64%	(6.138)
Empréstimos e financiamentos	40.268	Aumento UMIPCA	2,0676	(83.259)	2,5845	(104.074)	3,1014	(124.888)
Capital de giro	49.883	Aumento CDI	4,40	(219.485)	5,50	(274.357)	6,60	(329.228)
Debêntures	461.430	Aumento IPCA	4,31%	(19.888)	5,39%	(24.860)	6,47%	(29.831)
Total dos passivos financeiros	631.980			(326.724)		(408.405)		(490.086)
Impacto no resultado do período apresentado							(81.681)	(163.362)

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	80.399	Aumento TJLP	5,09%	4.092	3,82%	3.069	2,55%	2.046
Empréstimos e financiamentos	40.268	Aumento UMIPCA	2,0676	83.259	1,5507	62.444	1,0338	41.629
Capital de giro	49.883	Aumento CDI	4,40	219.485	3,30	164.614	2,20	109.743
Debêntures	458.920	Aumento IPCA	4,31%	19.779	3,23%	14.835	2,16%	9.890
Total dos passivos financeiros	629.470			326.616		244.962		163.308
Impacto no resultado do período apresentado							81.654	163.308

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2020 a maio/2021	55.820
Garantia ampliação	Maio/2020 a maio/2021	110.070
Operacionais	Maio/2020 a maio/2021	2.072.438
Responsabilidade civil	Maio/2020 a maio/2021	37.200

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

28. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 28.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

30. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

31. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo 31 de dezembro de 2020 não ocorreram adições de itens não caixas relativos ao intangível, sendo que em 31 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 63.905, dos quais R\$ 1.624 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho
Diretor Presidente

Guilherme Bastos Martins
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Durval Maia

CT – CRC/SP nº 1SP-292.261/O-8